

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2020

APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.



Aprovado em reunião do Conselho de Administração de 22/07/2021

(página deixada propositadamente em branco)

pp ~



INDICE

1. O Nosso Relatório	3
2. Perfil Organizacional	4
3. Compromisso e Ambição de Sustentabilidade de Desenvolvimento Sustentável	7
Sedimentos	14
Ruído	15
Arqueologia	15
4. Síntese de desempenho económico e social 2020	16
5. Desempenho social – Colaboradores	17
6. Relação Porto-Cidade	18
7. Qualidade da água para consumo na zona de Jurisdição da APL, S.A.	19
8. Navegação Segura e Não Poluente	19
9. Valorização do Estuário do Tejo	22



(página deixada propositadamente em branco)



1. O Nosso Relatório

O Relatório de Sustentabilidade é o suporte de referência do nosso desempenho nas três dimensões de sustentabilidade, constituindo o principal instrumento de relato não financeiro, onde são apresentados os indicadores sociais, económicos e ambientais.

Ao pensarmos no ano de 2020, não podemos deixar de refletir sobre o impacto sem precedentes da pandemia do COVID 19.

Não obstante o mesmo a APL, SA soube ser resiliente diante deste desafio global da saúde e da economia, mantendo-se firme na sua missão, sem nunca descurar a salvaguarda da saúde pública em geral e dos seus colaboradores em particular.

Durante o ano de 2020 tudo fizemos para cumprir as orientações das Autoridades de Saúde, desde logo, no respeito pelas normas sugeridas de distanciamento social, utilização de máscaras de proteção individual e colocação de desinfetante para as mãos nas nossas instalações bem como nos locais da nossa área de jurisdição.

Adotamos, sempre que possível, o teletrabalho como instrumento de trabalho ao dispor da empresa e dos seus colaboradores.

Neste campo importa destacar que, em algum momento a missão da empresa foi posta em causa, sendo o serviço de pilotagem uma das atividades que se manteve ao serviço da comunidade.

A vida pós-pandémica deve trazer consigo um novo mundo social, económico e ambiental. Para a APL esta nova realidade deverá ser encarada como uma oportunidade de mudar substancialmente onde e como trabalhamos (desenvolvemos a nossa atividade) melhorar a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores se relacionam entre si e com os nossos parceiros, reduzir a nossa pegada de carbono e proporcionar melhores resultados económicos e financeiros.

Deveremos incrementar um maior envolvimento com as principais empresas e organizações profissionais para ajudar e contribuir a moldar um futuro sustentável onde a economia circular possa e deva fazer parte do nosso dia-a-dia.

APL
E
Ribeira



2. Perfil Organizacional



2.1. Identidade Organizacional

Denominação: APL, SA – Administração do Porto de Lisboa, SA

Natureza Jurídica: Sociedade Anónima de Capitais Exclusivamente Públicos;

O capital da sociedade, totalmente subscrito e realizado, é atualmente constituído por 12.000.000 ações, com valor nominal de cinco euros a que corresponde um Capital Social de 60.000.000 €, sendo detida pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Sede: Gare Marítima de Alcântara, 1350-355 Lisboa

Objeto: Nos termos legais, a APL, S. A., tem por objeto a administração do Porto de Lisboa, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Assim, e de acordo com os seus estatutos, assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

Tutela: A tutela sectorial sobre a APL, SA, pertence ao Ministério das Infraestruturas e Habitação, enquanto tutela financeira é exercida pelo Ministério das Finanças, através da Direção-geral do Tesouro.



Jurisdição: A área de jurisdição do Porto de Lisboa, definida no Decreto-Lei 336/98 de 3 de novembro, abrange, na vertente terrestre 11 concelhos: Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada, estendendo-se por 110 km ribeirinhos. Na sua vertente fluvio-marítima abarca uma superfície de 32500 ha, tendo como limites, a jusante, o alinhamento das Torres de São Julião e Bugio e a montante, Vila Franca de Xira.

Património: Pertencem ao domínio público do Estado afeto à APL, S. A., os terrenos, terraplenos e obras marítimas situados dentro da área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, e ainda os bens afetos à atividade da pesca, serviços de primeira venda de pescado e atividades conexas. Consideram-se integrados na esfera patrimonial da APL, S. A., os bens imóveis adquiridos ou edificados pela Administração do Porto de Lisboa e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos como domínio do Estado ou omissos quer na matriz quer nos registos prediais.

2.2. Missão, Visão e Valores

Missão: A prestação de um serviço multifuncional de base portuária orientada para o Cliente – nossa base de sustentação – e segundo princípios de Racionalidade Operacional e Económico-financeira, de Eficácia Social e Ambiental e de acordo com as melhores práticas de Segurança Marítima e Patrimonial.

Visão: Sermos herdeiros e a referência do Porto de Lisboa como Porto Atlântico e os garantes da sua multifuncionalidade segundo os melhores padrões de qualidade e eficácia.

2.3. Competências e Serviços Prestados

As competências da APL, SA encontram-se definidas no DL 336/98, DE 3 de novembro;

A APL, SA., assegurará o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Lisboa nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias, no mesmo âmbito e nos mesmos termos que vinham a ser observados pela Administração do Porto de Lisboa.

No âmbito das atribuições, são conferidas à APL, S.A, competências para:



- a) Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) Fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

3 - No exercício das competências referidas, os Colaboradores da APL, S. A., podem:

- a) Solicitar o auxílio das autoridades administrativas e policiais, quando for necessário para o desempenho das suas funções;
- b) Usar armas para defesa própria, dos objetos de serviço e das instalações ou valores à sua guarda, quando devidamente autorizado, nos termos gerais.

4 - A livre entrada a bordo dos navios fundeados no porto de Lisboa ou atracados aos cais será sempre facultada aos funcionários da APL, S. A., encarregados da superintendência ou fiscalização de serviços portuários que disso tenham necessidade mediante a apresentação de documento de identificação emitido pela APL, S. A., acreditando-os para aquela missão.

2.4. Área de Jurisdição

A área de jurisdição do Porto de Lisboa encontra-se definida pelo artigo 7º do DL. 336/98 de 3 de novembro. Na sua vertente terrestre abrange 11 situados na zona norte, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Oeiras e a sul do Tejo, Almada, Alcochete, Barreiro, Benavente, Moita, Montijo e Seixal, estendendo-se por 273 Km ribeirinhos. Desses 110 Km correspondem ao estuário do Tejo (50 km na margem direita e 60 km na margem esquerda, sendo 163 km correspondentes a esteiros e canais navegáveis dos afluentes do estuário.



3. Compromisso e Ambição de Sustentabilidade de Desenvolvimento Sustentável

O objetivo do desenvolvimento sustentável é “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades. Como forças fundamentais na sociedade as organizações, empresas de todos os tipos têm um papel importante a desempenhar para alcançar esse objetivo”.

3.1. Estratégia de Sustentabilidade

Acreditamos que as gerações futuras têm o legítimo direito de poder usufruir de um porto de nível europeu, ou mundial, com um ambiente que lhes proporcione estabilidade e as melhores condições de vida e de emprego. Pretendemos, por isso, desenvolver um porto de qualidade internacional, com impacto regional positivo ao nível socioeconómico e que possa representar um atrativo para a instalação de atividades diversas, suportado num bom ambiente de trabalho e em condições de operacionalidade sustentável.

Um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável é a exigência de escolhas inovadoras e novas forma de pensar onde a inclusão do respeito pelo meio ambiente ganha um peso redobrado. Se, por um lado, o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia contribui para o crescimento económico, por outro, também pode contribuir para solucionar os riscos e danos que esse crescimento traz à sustentabilidade das nossas relações sociais e do meio ambiente. Novos conhecimentos e inovações em tecnologia, em gestão e em políticas públicas cada vez mais desafiam as organizações a fazer novas escolhas em relação ao impacto das suas operações, produtos, serviços e atividades sobre as economias, as pessoas e o ecossistema.

A urgência e a magnitude dos riscos e dos danos para a nossa sustentabilidade assim como a grande disponibilidade de opções e oportunidades tornarão a transparência sobre os impactos económicos, ambientais e sociais componente fundamental para que haja eficácia nas relações com todos os stakeholders, nas decisões sobre o investimento a realizar.

3.2. Visão de Sustentabilidade

O nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável traduz-se nas seguintes bandeiras:

- Envolvimento dos Stakeholders
- Navegação Segura e Não Poluente
- Valorização do Estuário do Tejo
- Relação Porto – Cidade



Envolvimento dos Stakeholders

Consideramos os colaboradores e os parceiros fundamentais para o desenvolvimento do porto nas suas múltiplas vertentes. Por essa razão, investimos na comunicação bidirecional com os colaboradores e com os parceiros, promovendo a sua informação, formação e participação ativa na vida da empresa.

Conscientes da relevância do desempenho e da atitude da comunidade portuária no desenvolvimento do negócio portuário, é nosso propósito definir estratégias que suportem o crescimento do negócio, incorporando os objetivos, anseios, apoios e propostas dos nossos parceiros.

O envolvimento com as comunidades é motivo de uma bandeira específica: a relação porto-cidade.

Estamos atentos às expectativas de todos os restantes stakeholders, através de canais de comunicação sempre abertos e que queremos aprofundar.

Navegação Segura e não Poluente

O transporte marítimo é a forma de transporte que apresenta os melhores desempenhos em termos de sustentabilidade ambiental e energética, assumindo os portos uma importância estratégica no desenvolvimento de sistemas de transporte integrados e mais eficientes.

Estamos empenhados em garantir a qualidade e a segurança do tráfego marítimo portuário, pelo que nos posicionámos na vanguarda da utilização de meios tecnológicos de apoio à

navegação. Esta aposta permite-nos garantir o respeito pelos ambientes marinho e portuário e pelas comunidades envolventes, potenciando o desenvolvimento do negócio.

É nossa firme intenção assegurar, de forma cada vez mais eficaz e eficiente a prestação de serviços à navegação de modo a prevenir e minimizar incidentes de poluição marinha, bem como incrementar o controlo sobre as recolhas de resíduos de navios, as descargas de águas de lastro, a movimentação de mercadorias perigosas e as emissões gasosas de navios.

Queremos simultaneamente modernizar e adequar a nossa capacidade de resposta a situações de emergência, enquadrados no Sistema Nacional de Proteção Civil.



3.3. Gestão Ambiental

A APL, SA tem vindo a desenvolver a sua Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, tendo por base a sua Visão de Sustentabilidade alicerçada em 4 princípios fundamentais:

- o princípio da Responsabilidade SOCIAL
- o princípio da Responsabilidade AMBIENTAL
- o princípio da Sustentabilidade ECONÓMICA
- o princípio da TRANSPARÊNCIA

O princípio da Responsabilidade SOCIAL consubstancia-se em iniciativas destinadas a manter uma relação de bem-estar e partilha com os colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades locais.

Os colaboradores são uma prioridade, reconhecemo-los como suporte e mais-valia que representam, tendo presente o permanente reconhecimento das variadas capacidades profissionais.

O porto de Lisboa e o estuário do Tejo são o traço comum que liga 11 municípios, desde há séculos geminados com a vivência das suas gentes. É neste contexto que pretendemos continuar a enriquecer esta relação, constituindo um espaço aberto à comunidade e apoiando iniciativas nas áreas da educação, desporto, cultura e lazer.

Como responsáveis pela gestão do porto, ambicionamos envolver os nossos clientes e fornecedores, encorajando-os a partilhar os nossos princípios. Por isso, queremos mostrar-lhes de forma inequívoca e transparente como gerimos os compromissos assumidos, com vista à formulação de objetivos claros e partilhados que melhorem o desempenho integrado do porto.

O princípio da Responsabilidade AMBIENTAL visa uma cada vez melhor integração do porto nas envolventes urbana e natural, permitindo o desenvolvimento da nossa atividade e a integração mútua de interesses, num contexto futuro sempre mais exigente.

O porto de Lisboa integra-se no estuário do Tejo, a maior zona húmida da Europa Ocidental, que apresenta importantes valores naturais, espécies e habitats a preservar. Este estuário congrega a maior área metropolitana do país, com cerca de 25% da população nacional, cuja qualidade de vida é de primordial importância. Esta realidade é razão necessária e suficiente para que a APL adote uma atitude proactiva na defesa do ambiente estuarino.

O princípio da Sustentabilidade ECONÓMICA visa garantir a autonomia orçamental, consagrada nos estatutos, e a capacidade da APL criar valor para as gerações atuais e futuras. Enquanto entidade administrante, a APL deve promover a competitividade do porto e a sua



crescente importância socioeconómica a nível ibérico, privilegiando a racionalização dos seus recursos, a rentabilidade dos capitais próprios e, naturalmente, a sua capacidade de investir na permanente modernização do porto de Lisboa.

O princípio da TRANSPARÊNCIA é o modo natural e aberto como desenvolvemos as nossas atividades, como encaramos as nossas ambições e como comunicamos os resultados que vamos alcançando.

É também a forma como pomos em discussão aberta as ideias e projetos de participação comum e ponderada entre o porto e as comunidades envolventes.

3.4. O Nosso Contributo para os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, ratificados por Portugal, identificam 17 pilares elementares para acabar com a pobreza, preservar e promover os recursos naturais, assegurar desenvolvimento económico e social e garantir os direitos humanos até 2030. Os ODS abrangem um número de tópicos sobre os quais o modelo de negócio e as principais atividades da APL, SA têm impacto direto, sendo, também, por isso um desígnio que a empresa “abraça” e inclui nas suas políticas ao comprometer-se com boas práticas associadas aos fatores ambientais, sociais e económicos.

Ao se procurar identificar, promover e associar ações que integradas no modelo ODS, acredita-se que também estar-se-á a dar o exemplo aos stakeholders da APL, SA, incentivando-os, mesmo que de forma indireta, a prosseguirem o caminho da sustentabilidade. Apesar da APL, SA não contribuir para todos os ODS, nem por isso o contributo deixa de ser muito importante e dessa forma contribuir para assegurar um futuro sustentável.

Um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável é a exigência de escolhas inovadoras e novas formas de pensar. Se, por um lado o desenvolvimento de conhecimento e de tecnologia contribui para o crescimento económico, por outro, também pode contribuir para solucionar os riscos e danos que esse crescimento traz à sustentabilidade das nossas relações sociais e do meio ambiente.

3.5. Política de Tratamento e Valorização de Resíduos

Resíduos

A APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., ou APL, enquanto autoridade portuária é responsável por garantir a realização de todas as operações de gestão de resíduos provenientes das embarcações, que escalam ou operam na sua área de jurisdição, por terra através de



equipamentos fixos ou de outros meios adequados para o efeito, ou ao largo através de meios flutuantes apropriados, dando assim cumprimento ao Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho, na sua redação atual.

No âmbito da gestão portuária de resíduos de embarcações devem ser tidos em conta as normas e os manuais de procedimento em vigor.

A APL, complementarmente ao serviço público que constitui o seu objeto principal e no âmbito das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro, presta, ainda, alguns fornecimentos e serviços complementares, entre os quais a limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) , entre Algés e a Matinha, na sua área de jurisdição.

3.6. Controlo da qualidade da água

Apesar de não estar dotada de competências para a gestão da qualidade da água no estuário do Tejo, a APL efetua análises à qualidade das águas superficiais, sempre que necessário ou relevante para a sua atividade, de que se destaca a monitorização ambiental das operações de dragagem e de imersão de materiais dragados.

O objetivo desta monitorização é avaliar o alcance dos impactes diretos das operações de dragagem e de imersão de materiais dragados, em termos espaciais e temporais e determinar a dimensão e prevalência das plumas originadas por essas operações.

Os trabalhos de caracterização e classificação da qualidade da água seguem as normas, critérios e objetivos dispostos no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, e respetivas alterações e legislação subsequentes, e respeitam os requisitos dos Decretos-Lei nº 103/2010, de 24 de setembro, e nº 83/2011, de 20 de junho, quando aplicável.

A monitorização das operações de dragagem e de imersão de materiais dragados no porto de Lisboa, abrange três tipos de programas:

- Programa de Monitorização da Qualidade da Água das dragagens de manutenção e da imersão de materiais dragados das Classes 1 e 2 no interior do estuário
- Programa de Monitorização da Qualidade da Água e do Bióta das operações de imersão de materiais dragados ligeiramente contaminados (Classe 3) no exterior do estuário
- Programas de Monitorização da Qualidade da Água de projetos de dragagem sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental



Os parâmetros a analisar sobre as amostras de água ou sobre as amostras de tecidos de espécies marinha capturadas, dependem do grau de contaminação dos sedimentos a dragar, e os ensaios químicos são sempre efetuados em laboratórios acreditados.

De acordo com a legislação nacional e o Regulamento portuário, de modo a preservar a qualidade da água do estuário do Tejo, a APL não permite descargas de navios para o rio – zero descargas.

As descargas incluem resíduos, águas residuais, águas de lastro e águas de lavagem dos equipamentos de controlo de emissões gasosas.

A APL disponibiliza meios portuários de receção de resíduos para as tipologias indicadas anteriormente, garantindo o seu encaminhamento a destino final adequado por operadores de gestão de resíduos autorizados.

Controlo das águas de lastro

As águas de lastro dos navios podem introduzir organismos patogénicos ou não autóctones nas águas do estuário do Tejo, causando impactes negativos na biodiversidade marinha e até na economia.

A APL, considerando esta temática fundamental para o equilíbrio e qualidade do meio hídrico da sua área de jurisdição, assenta a sua atuação nas guidelines da IMO e na Convenção Internacional para o Controlo e Gestão das Águas de Lastro e Sedimentos dos navios.

Como atitude pró-ativa efetua o controlo das águas de lastro a bordo dos navios, através de um formulário na JUP (Janela Única Portuária) que é preenchido em cada escala do navio em porto.

O questionário das águas de lastro reúne informação como o porto de precedência das águas de lastro, capacidade dos tanques de armazenamento e procedimentos de gestão de águas de lastro implementadas a bordo. A análise da informação referida anteriormente pela APL permite efetuar uma avaliação de risco de introdução de espécies exóticas ao nosso estuário.

A APL recomenda ainda que as operações de lastro/deslastro direto de e para o rio sejam efetuadas em alto mar e não ao cais. Os navios devem, sempre que possível, substituir o lastro por águas oceânicas durante as viagens de e para o porto, desde que as condições de navegação, tempo e mar o permitam.



3.7. Controlo das Emissões Atmosféricas dos Navios

As emissões atmosféricas dos navios têm sido uma prioridade de atuação da APL nos últimos anos face à Diretiva das Emissões de Enxofre da União Europeia, Diretiva (EU) 2016/802 relativa à redução do teor de enxofre nos combustíveis.

De modo a enquadrar o desempenho nesta área dos navios que escalam o porto de Lisboa, a APL efetua o acompanhamento dos navios para identificar e caracterizar os equipamentos de mitigação de emissões implementados a bordo, procedimentos de mudança de combustível e teor de enxofre no combustível em utilização.

Em conjunto com os oficiais de ambiente definem-se medidas proactivas que contribuam para a melhoria da qualidade do ar no estuário do Tejo e área envolvente.

A APL recomenda a utilização de combustíveis com baixo teor de enxofre (teor de enxofre inferior a 0,1% em massa) desde a entrada do navio em porto, a navegar, atracado e/ou fundeado, até à saída do porto. A mudança de combustível deve ser efetuada antes da entrada em porto e depois da saída do porto.

Os navios comunicam à APL quando utilizam equipamentos de mitigação de emissões equivalentes ao combustível com baixo teor de enxofre, como scrubbers. Apenas é permitida a utilização de scrubbers em close loop, no enquadramento do conceito “zero descargas”, não é permitida qualquer descarga para o rio.

Ainda nesta temática, a APL proíbe a utilização de incineradoras a bordo e scrubbers em open loop, desde a entrada do navio em porto até à sua saída.

A APL contribui ainda para a elaboração do Inventário Nacional de Emissões, fornecendo dados relevantes acerca da movimentação e tipo de navios para efeitos de levantamento e quantificação das emissões.

3.8. Estudos e Monitorização

O Porto de Lisboa, situa-se num dos maiores e mais ricos estuários da Europa, no que respeita aos valores naturais. Mais de 50% da sua área de jurisdição localiza-se em área integrada na Rede Natura 2000. Além disso, e para além de integrar as frentes ribeirinhas dos territórios de onze dos municípios que circundam o estuário do Tejo - Alcochete, Almada, Barreiro, Benavente, Lisboa, Loures, Moita, Montijo, Oeiras, Seixal e Vila Franca de Xira - grande parte da área operacional do porto de Lisboa localiza-se na zona central da capital.



Neste contexto, a Administração do Porto de Lisboa adota uma atitude pró-ativa de conciliação da sua atividade e dos seus projetos de desenvolvimento, com os interesses das populações vizinhas e da conservação da natureza.

Assim, para além de garantir a gestão diária das questões ambientais relacionadas com as operações portuárias, e com as ocupações do domínio público que se encontra afeto à sua gestão, a APL desenvolve diversos estudos ambientais, entre os quais, estudos de monitorização ambiental.

A informação obtida com os estudos de monitorização visa caracterizar a qualidade do ambiente, avaliar em que medida as atividades portuárias contribuem para a sua degradação e tomar decisões de gestão e operação no sentido de minimizar esses impactes.

Ao longo dos anos a APL tem vindo a monitorizar diversos descritores, alguns de forma regular, outros associados à execução de projetos em concreto.

Os descritores monitorizados ao longo dos anos incluem: Sedimentos, Águas Superficiais, Ruído e Arqueologia.

Sedimentos

Desde 1991 que a APL efetua, com regularidade, a caracterização físico-química dos sedimentos existentes no estuário do Tejo, nas zonas sujeitas a dragagens de manutenção, com vista à classificação do seu grau de contaminação e consequente decisão sobre o destino final após dragagem.

Leva também a cabo caracterizações de sedimentos diversas, associadas a projetos de desenvolvimento portuário.

Atualmente, os trabalhos de caracterização e classificação do grau de contaminação dos sedimentos cumprem com o disposto na portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro em vigor, e seguem as orientações OSPAR (Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste).

As análises são sempre realizadas em laboratórios acreditados, utilizando métodos acreditados para a matriz sedimento (análises químicas) e métodos que se encontrem de acordo com normativos de referência identificáveis (restantes análises).

Os dados obtidos são tratados por forma a obter uma estimativa e representação gráfica dos volumes de sedimentos classificados em cada classe, em planta e perfil, permitindo o adequado planeamento das operações de dragagem.



Ruído

A APL procede frequentemente à monitorização do ruído nas zonas sensíveis mais próximas, no decorrer das obras que leva a cabo.

Os trabalhos de medição sonora são efetuados em pontos (locais) previamente definidos, antes e durante a execução das obras, pretendendo-se verificar se a atividade ruidosa, temporariamente desenvolvida, afeta o bem-estar das populações vizinhas.

Os trabalhos de monitorização do ruído são desenvolvidos por empresas especializadas e dão cumprimento aos requisitos da legislação e normativos em vigor.

Arqueologia

A intensa ocupação humana das margens do estuário do Tejo e utilização deste como via navegável ao longo dos séculos, torna de elevada a probabilidade a existência de ocorrências arqueológicas de relevo nas áreas de desenvolvimento portuário, quer no leito do rio, quer em terra.

Por isso, a APL procede, sempre que necessário, ao acompanhamento arqueológico sistemático e presencial das empreitadas, por arqueólogos devidamente reconhecidos pela Direção Geral do Património Cultural.

O acompanhamento arqueológico que a APL, S.A. executa, insere-se no campo da arqueologia preventiva e tem como objetivo a salvaguarda do património arqueológico.

Para além de diversos levantamentos arqueológicos efetuados no âmbito de Estudos de Impacte Ambiental, foram objeto de acompanhamento arqueológico diversas obras, como a construção do passeio marítimo da praia de Santo Amaro de Oeiras, a dragagem do Canal de Xabregas, a execução da reabilitação e reforço do cais do Jardim do Tabaco e a respetiva dragagem, e a construção da estação elevatória junto ao Hotel Altis, em Belém.



4. Síntese de desempenho económico e social 2020

Valor Económico Gerado, Distribuído e Acumulado

		2 020	2 019
		<i>(milhares de Euros)</i>	
1 - Valor económico gerado		36 227	46 724
Receitas	Volume de negócios	36 218	46 718
	Mais valias em venda de ativos	9	6
	TOTAL	36 227	46 724

		2 020	2 019
		<i>(milhares de Euros)</i>	
2- Valor económico distribuído		29 019	37 380
Custos operacionais	Saldo final no ano anterior (+)	907	1 030
	Fornecimentos e serviços de terceiros (+)	5 155	6 200
	Saldo final ano corrente (-)	-911	-907
	Total de Pagamentos a fornecedores	5 152	6 323
Salários e benefícios de empregados	Pagamento de salários	8 756	8 615
	Pagamento Encargos entid.patronal (CGA+Seg Soc)	4 848	4 779
	Pensões pilotos, sangue e sobrevivencia, e transitoria	551	559
	Assitencia médica - medicamentosa	133	158
	TOTAL	14 288	14 111
Pagamentos a provedores de capital	Juros empréstimos	724	1 158
	Dividendos	0	2 939
	TOTAL	724	4 097
Pagamentos ao Estado (IRS, IRC, Imposto de Selo, IVA a Pagar)		8 786	11 078
Investimentos na comunidade	Investimentos	0	1 727
	Donativos	0	10
	Participações e patrocínios	70	34
	TOTAL	70	1 771
3 - Valor económico acumulado = (1) - (2)		7 208	9 344



5. Desempenho social – Colaboradores

Caracterização do Quadro de Colaboradores

	2020	2019
Número total de colaboradores	287	288
Colaboradores no efetivo	278	277
Colaboradores além do quadro	9	11
Estrutura		
Dirigentes	5	5
Quadros superiores	146	145
Quadros médios	2	2
Quadros intermédios	4	4
Profissionais qualificados e altamente qualificados	112	114
Profissionais semiquualificados	16	16
Profissionais não qualificados	2	2
Estrutura etária		
< 30 anos	1	1
30 – 49 anos	111	110
> 49 anos	175	177
Distribuição por género		
Homens	193	194
Mulheres	94	94

Higiene e Segurança no Trabalho

	2020	2019
Número de acidentes de trabalho	11	18
Número de acidentes provocando incapacidade temporária	9	14
Número de acidentes sem incapacidade	2	4
Índice de incidência de acidentes	38,33	84,03
Índice de sinistralidade	0,04	0,06



Regime de Trabalho

	2020	2019
Turno	73	72
Normal	108	109
IHT	106	107

6. Relação Porto-Cidade

Número de navios, mercadorias e passageiros

Alguns números		2020	2019
Navios	Total (n.º)	1 661	2 595
	Total (GT)	21 352 655	51 044 329
	Nacionais	379	474
	Estrangeiros	1 282	2 121
Mercadorias	Total (tons)	9 168 434	11 714 172
	Via marítima	9 023 690	11 472 063
	Via fluvial	144 744	242 109
Passageiros	Total (n.º)	10 845 193	19 904 178
	Navegação marítima	52 294	575 763
	Navegação fluvial	10 792 899	19 328 415



7. Qualidade da água para consumo na zona de Jurisdição da APL, S.A.

PCQQA vs Demonstração de conformidade – rede Algés-Matinha

	2020	2019
Volume total de água consumida na APL (m3)	237 481	344 954
Nº de pontos de amostragem (torneiras nas instalações APL, pontos fixos e clientes)	60	60
Torneiras de clientes - entidades sediadas em zonas sob jurisdição da APL/concessionados/serviços em terra	335	340

PCQQA vs Demonstração de conformidade – rede muralha Alcântara/Poço do Bispo

	2020	2019
Nº de pontos de amostragem (tomadas de água)	9	9
Nº de determinações	28	31

8. Navegação Segura e Não Poluente

Segurança/Proteção Portuária

	2020	2019
Monitorização hidrográfica (N.º)	102	119
Inspeções ambientais a navios (N.º)	12	54



Movimentação das Águas de Lastro

	2020	2019
N.º Questionários respondidos	580	1050
N.º Navios com movimentação de águas de lastro	299	482
Deslastro (ton.)	146 236	279 876
Lastro (ton.)	700 265	853 596

Resíduos de Navios

Entrega de resíduos de navios	2020	2019
Navios com entrega de resíduos (N.º)	899	808
Operações de recolha de resíduos (N.º)	1 220	1 100

Categoria e Método de Deposição

Resíduos entregues pelos navios (toneladas)	2020	2019	Destino em 2020
<i>Bilge Water</i> , lamas oleosas e outras misturas oleosas	308,520	87,500	D9
<i>Bilge Water</i> , lamas oleosas e outras misturas oleosas	5,860	0,000	D13
<i>Bilge Water</i> , lamas oleosas e outras misturas oleosas	2,362	0,080	D15
<i>Bilge Water</i> , lamas oleosas e outras misturas oleosas	310,600	659,100	R3
<i>Bilge Water</i> , lamas oleosas e outras misturas oleosas	274,580	89,200	R9
<i>Bilge Water</i> , lamas oleosas e outras misturas oleosas	2 022,898	3 150,900	R12
<i>Bilge Water</i> , lamas oleosas e outras misturas oleosas	647,500	0,000	R13
Resíduos de tonner, tinta, revelação fotográfica, e resíduos inorgânicos com substâncias perigosas	0,000		
Resíduos de toner, tintas, banhos de revelação fotográfica	0,000		
Absorventes, materiais filtrantes contaminados com substâncias perigosas	19,066	14,820	D15
Absorventes, materiais filtrantes contaminados com substâncias perigosas	0,472	0,000	R12
Absorventes, materiais filtrantes contaminados com substâncias perigosas	13,761	20,080	R13



Categoria e Método de Deposição (cont.)

Resíduos entregues pelos navios (toneladas)	2020	2019	Destino em 2020
Embalagens sob pressão	0,000	0,091	R13
Embalagens sob pressão	0,452	0,000	D15
Pirotécnicos	0,094	0,238	D9
Pirotécnicos	3,216	5,807	D15
Tintas	3,216	5,807	R13
Lâmpadas	0,000	0,202	D15
Lâmpadas	0,272	0,092	R13
Pilhas	0,087	0,295	R13
Óleos e gorduras alimentares	0,100	3,713	R13
Óleos e gorduras alimentares	0,188	0,005	R12
Papel e cartão	5,780	18,000	R12
Plásticos	17,626	23,720	R12
Metal	1,940	11,060	R12
Madeira	29,860	48,900	R12
Pneus	0,859	1,340	R12
Vidro	0,000	1,900	R12
Restos de cozinha e mesa	0,060	2,980	D1
Restos de cozinha e mesa	124,000	11,670	R1
Mistura de resíduos	11,437	14,040	D13
Mistura de resíduos	0,000	1,960	D15
Mistura de resíduos	0,000	2 270,160	R12
Mistura de resíduos	27,781	41,000	R13

NOTA - Legenda operações destino final:

R1 - Utilização principal como combustível ou outro meio de produção de energia

R3 - Reciclagem/recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes

R4 - Reciclagem/recuperação de metais e ligas

R9 - Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos

R12 - Troca de resíduos com vista a submete-los a uma das operações enumeradas de R1 a R11

R13 - Acumulação de resíduos enquanto aguarda operações de valorização

D1 - Deposição em aterro

D9 - Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente anexo

D10 - Incineração em terra

D13 - Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de D1 a D12

D15 - Armazenamento antes de umas das operações enumeradas de D1 a D1



9. Valorização do Estuário do Tejo

Atentos às principais características biofísicas do estuário do rio Tejo, o maior plano marítimo-fluvial da Europa e um dos de maior valor ecológico, constituindo um património cuja valorização, em todas as suas vertentes, é fundamental, pretendemos ter um conhecimento cada vez mais aprofundado do equilíbrio dinâmico deste sistema e adotar práticas de gestão que promovam a sua preservação e qualificação.

Merecem a nossa particular atenção as questões relacionadas com o equilíbrio hidrodinâmico das barras do Tejo e zonas costeiras adjacentes e o incremento da qualidade ambiental do estuário, em sentido lato. Pretendemos, em estreita colaboração com as restantes entidades com responsabilidades no estuário, minimizar o passivo ambiental existente, estabelecer compromissos com base em estratégias de gestão amigas do ambiente e potenciar o turismo.

Foi no ano de 2020 que retomamos com regularidade as visitas de comunidades de roazes (golfinhos) que em busca de alimento nas águas do estuário, sinal da sua continua melhoria o que “explorado” com os devidos cuidados poderá potenciar, ainda mais, a atividade marítimo-turística.

22/23



Valorização do Estuário do Tejo – Indicadores Chave	Unidade	2020	2019
Campanhas de dragagens realizadas	Nº	1	3
Volume de sedimentos dragados	m ³	182 463	1 417 297
Volume de areias reutilizadas para contribuição para o equilíbrio do sistema das barras e para a alimentação das praias adjacentes	m ³	0	1 000 000
Pontos de amostragem no âmbito da caracterização sedimentos	Nº	113	0
Subamostras no âmbito da caracterização de sedimentos	Nº	262	0
Parâmetros analisados no âmbito da caracterização de sedimentos	Nº	15	0
Determinações analíticas no âmbito da caracterização de sedimentos	Nº	3 946	0
Pontos de amostragem no âmbito da monitorização qualidade água superficial	Nº	31	24
Amostras no âmbito da monitorização qualidade água superficial	Nº	309	173
Parâmetros analisados no âmbito da monitorização qualidade água superficial	Nº	20	20
Determinações analíticas no âmbito da monitorização qualidade água superficial	Nº	2 855	1 689
Embarcações desmanteladas	Nº	0	0
Praias identificadas como águas balneares e qualificadas para banhos	Nº	4	4
Praias identificadas como águas balneares e com necessidade de reposição de sinalética	Nº	0	4
Praias não identificadas como águas balneares nem qualificadas para banhos	Nº	11	11
Praias não identificadas como águas balneares e com necessidade de reposição de sinalética	Nº	5	8

José Castel-Branco
Vogal

Ricardo Medeiros dos Santos
Vogal

Ricardo Roque
Vogal

Carlos Maio Correia
Vogal

